

# “A casa pode ser dele, mas o lar é meu”: crossdressing, relações familiares, conflitos e cuidado<sup>1</sup>

*Anna Paula Vencato*<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais

**Resumo:** Este trabalho discute dados coletados em pesquisa etnográfica com mulheres que se identificam como “esposas” ou “S/O’s” de homens que “praticam crossdressing”. É, ainda, um desdobramento de pesquisa anterior, sobre como homens que se identificam como crossdressers negociavam esta prática em suas vidas cotidianas. Busco refletir sobre como o crossdressing de seus companheiros impacta suas vidas privadas, suas sociabilidades, suas relações afetivo-sexuais/conjugal, bem como as relações familiares mais amplas. Importa compreender como tensões relativas às convenções sobre gênero e sexualidade e o manejo de segredo impactam essas relações conjugais/familiares e a questão do cuidado, assim como por vezes se desdobram em opressões/violências e interferem na dinâmica dos afetos e do companheirismo, implicando por vezes em renegociações ou rupturas.

**Palavras-chave:** relações familiares; cuidado; gênero; sexualidade; cross-dressing.

VENCATO, Anna Paula. “A casa pode ser dele, mas o lar é meu” : crossdressing, relações familiares, conflitos e cuidado. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (25): 219-234, janeiro a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Mesa-Redonda “Família, violência e cuidado: etnografias a partir do cotidiano”, da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (UERJ, 2020). A pesquisa que originou este manuscrito - “Significant others”, “supportive opposites” ou “mulheres genéticas”: a perspectiva de mulheres que auxiliam homens na prática do crossdressing - foi financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Edital nº 20/2010 - Categoria 2. Agradeço a Syntia Alves pela confecção do Resúmen para este texto.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia pelo PPGSA/UFRRJ, mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC e licenciada em Pedagogia pela FAED/UEDESC. Professora do DECAE/FaE/UFMG e do PPGE/FaE/UFMG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, sexualidades, socialidades e subjetivações da FaE/UFMG.

## **“The house may be his, but the home is mine”: crossdressing, family relationships, conflicts and care**

**Abstract:** This paper discusses data collected in ethnographic research with women that identify themselves as “wives” or “S/O’s” of men that are “practitioners of crossdressing”. It is also an offshoot of previous research on how men who identify themselves as crossdressers negotiated this practice in their daily lives. I intend to analyze on how the cross-dressing of their partners impacts their private lives, their sociability, their affective-sexual/marital relationships, as well as the broader family relationships. It is important to understand how the tensions that derives from gender and sexuality conventions and the management of secrecy impact these conjugal/family relationships and the issue of care, as well as sometimes unfold in oppression/violence and interfere on the dynamics of affections and companionship, implying by sometimes in renegotiations or ruptures.

**Keywords:** family relationships; care; gender; sexuality; cross-dressing.

## **“Puede que la casa sea suya, pero el hogar es mío”: crossdressing, relaciones familiares, conflictos y cuidado**

**Resumen:** Este trabajo interpela datos recogidos en una investigación etnográfica con mujeres que se identifican como “esposas” o “S/O’s” de hombres que “practican crossdressing”. El estudio es una continuidad de una investigación previa acerca de cómo hombres que se identifican como crossdressing negociaban tal práctica en sus vidas cotidianas. Mi intencionalidad principal es pensar si el crossdressing de sus compañeros impacta en las vidas privadas, las sociabilidades, las relaciones afectivas-sexuales/conyugales, así como en las relaciones familiares más amplias. Asimismo, importa comprender si las tensiones relativas a las convenciones de género y sexualidad, y el manejo del secreto impactan en esas relaciones conyugales/familiares y en la cuestión del cuidado, que algunas veces, desembocan en situaciones de opresión/violencia e influyen en la dinámica de los afectos y del compañerismo, pudiendo conllevar renegociaciones de las relaciones de pareja o rupturas.

**Palabras-clave:** relaciones familiares, cuidado, género, sexualidad, cross-dressing.

A fala que escolhi como título deste texto me foi dita durante um jantar na casa de um casal que conheci durante meu trabalho de pesquisa com as mulheres que apoiavam a prática do *crossdressing*<sup>3</sup> de seus companheiros, maridos, namorados ou amigos. Trata-se de uma frase que fala muito sobre a relação daquele casal, suas expectativas com relação a conjugalidade e a divisão dos papéis de gênero que atravessava suas vidas cotidianas. Na ocasião, após um longo desabafo sobre ausências, solidão, falta de companheirismo e medos sobre o futuro do marido com relação a certo exagero, em sua interpretação, acerca da intensificação da prática de *crossdressing* que percebera, a esposa, inconformada, ao considerar a possibilidade de separação e, quase que imediatamente, descartá-la, disparou, encerrando a conversa: “A casa pode ser dele, mas o lar é meu”. Essa sentença e suas implicações, de certo modo, guiarão as reflexões que se seguem neste texto.

Mas, antes de adentrar ao tema específico aqui abordado, importa situar os sujeitos aqui analisados. O *crossdressing* trata-se da prática de vestir-se com roupas que são socialmente atribuídas ao gênero oposto daquele da pessoa que lhes está vestindo, para trazer aqui uma definição rápida e pouco precisa, uma vez que a prática e identificação implicam uma complexidade de fatores e expectativas por parte das pessoas que aderem a ela, que me foi apresentada pelas pessoas que pesquisei em muitos momentos.

A pesquisa com *crossdressers*, que realizei de 2007 a 2009, teve cunho etnográfico, lançando mão de observação participante, acompanhamento de mídias digitais e páginas da internet, além de entrevistas semiestruturadas com estes sujeitos, suas S/O's<sup>4</sup> e outros sujeitos que conviviam com elas (VENCATO, 2013). A observação participante se deu majoritariamente em eventos organizados por e para o Brazilian Crossdresser Club<sup>5</sup>, assim como em encontros de menor porte com algumas dessas pessoas em bares, restaurantes ou espaços privados que utilizavam para se montar<sup>6</sup>. Posteriormente realizei um desdobramento dessa pes-

<sup>3</sup> O termo *crossdressing* aparecerá grafado nestas páginas sem o uso de itálico e sem hífen (nos países de língua inglesa a grafia utilizada é *cross-dressing*), por se tratar de termo êmico tal qual constantemente usado pelas interlocutoras deste trabalho para se referirem ao que fazem. Cd aparecerá como diminutivo para *crossdressing*. *Cding* como diminutivo para se referir à prática de *crossdressing*.

<sup>4</sup> S/O é uma sigla para “Significant other” ou “supportive opposites” e refere-se à pessoa, que não é *crossdresser*, sendo necessariamente do “sexo oposto” ao da pessoa praticante de *crossdressing*. No caso do clube que pesquisei, em que apenas homens praticam *crossdressing*, isso significa que elas podem ser qualquer mulher de suas relações, mas o mais comum é que sejam esposas e/ou namoradas. É fundamental que elas não só aceitem e apoiem a prática, mas que os auxiliem quando necessário.

<sup>5</sup> O Brazilian Crossdresser Club foi um clube que se organizava pela internet e possuía membros de vários locais do Brasil, com diversas faixas etárias (desde que maiores de dezoito anos), agregando homens que “têm a fantasia de usar roupas do sexo oposto (*crossdressing*)”, conforme dados de sua página, coletados em 2008. Esta página foi, ao longo dos anos, um importante veículo não apenas para entender o funcionamento do grupo, mas também para agregar novos membros, difundir o que entendiam por *crossdressing* e estabelecer regras do que é tido como desejável e/ou indesejável para quem quer associar-se a ele. No primeiro semestre de 2020, soube através de uma das interlocutoras de minha pesquisa, que a página não se encontra mais no ar e que o clube está há algum tempo desarticulado.

<sup>6</sup> A expressão “se montar” é bastante utilizada pelas *crossdressers* que pesquisei. Pode-se dizer que, como no caso das drag queens que pesquisei anteriormente (VENCATO, 2002; 2005), elas não se vestem ou maquiagem, mas se “montam”. “Montar-se” é o termo que utilizam para definir ao ato ou processo de travestir-se, (trans)vestir-se ou produzir-se.

quisa, de 2011 a 2014, entrevistando e realizando observação participante em momento pontuais com as “ggs” que conviviam com as “cds” que pesquisara no primeiro trabalho (VENCATO, 2017).

GG ou Genetic Girls/Mulheres Genéticas é um termo que as associadas do clube utilizam com frequência para falar das mulheres que, nos seus termos, “nascem mulheres”. Mesmo que o termo cisgênero seja usado frequentemente nos dias atuais para se referir a pessoas não que não se identificam como transgêneras, especialmente dentro do movimento trans, o termo cisgênero não teve penetração no BCC, que continua lançando mão do termo GG. Uma explicação possível para este uso é a pouca ou nenhuma participação da maior parte das associadas do BCC em movimentos sociais. (VENCATO, 2015: 378)

Para fins de situar sociologicamente as pessoas cujas histórias estarão nessas páginas, começo dizendo que todas pertencem às classes médias e altas urbanas, possuíam de ensino médio completo a curso superior completo à época da pesquisa, viviam em casa própria e possuíam pelo menos um carro. A situação de trabalho era variada, mas isso não queria dizer que alguém estivesse dentro da categoria “desempregado/a”. Em outras palavras, as pessoas que não tinham uma ocupação formal no mercado de trabalho o faziam por “opção própria” (no geral, relatavam, haviam deixado as profissões mais tradicionais que exerciam por outras que lhes parecessem mais satisfatórias).

Por se tratar de um conjunto de indivíduos majoritariamente formado por pessoas brancas e por se tratar de um grupo de indivíduos facilmente identificável, evitarei classificá-las em termos étnico-raciais. Direi apenas que, no conjunto de pessoas abordadas no texto, nem todas são brancas e nenhuma delas é preta, conforme categorias estabelecidas pelo IBGE<sup>7</sup>. As idades das pessoas aqui referidas vão dos 35 aos 60 anos e, nos casais que figuram neste texto, não há discrepância etária entre o marido e a esposa.

Todos os três casais aqui citados eram casados ou viviam em união estável, com coabitação. Justifico a escolha de apenas três casais e histórias dados os limites de um artigo. Há outras histórias que poderia trazer de casais que vivem grandes conflitos envolvendo a prática de crossdressing, assim como outros que negociam a prática de forma mais tranquila. A vida cotidiana de cada uma das pessoas que pesquisei aponta para inúmeras possibilidades de ser e estar no mundo. Portanto, qualquer tentativa de engessar essas experiências seria profundamente problemática e pouco profícua analiticamente.

Em todos os casais havia filhos/as, nem sempre do casal, nem sempre em coabitação com estes, mesmo que ainda menores de idade. No caso do grupo observado, em caso de divórcio, a tendência é a dos filhos ou filhas residirem com as mães, o que coaduna os dados gerais sobre a população brasileira do Censo 2021. Nesse sentido, dados preliminares do Censo 2021 apontam que:

Os números de 2021 de divórcios também apontaram a manutenção da tendência de aumento da proporção de divórcios com guarda dos filhos menores de idade. Essa parcela, que era de 7,5% em 2014, subiu para 34,5% em 2021. Em 2020, era de 31,3%. Esse aumento vem ocorrendo desde 2014, quando a Lei 13.058 passou a priorizar essa modalidade em divórcios entre casais com filhos menores. Ainda assim, a mulher é a responsável pela guarda dos filhos na maioria dos divórcios: 54,2% em 2021, ante 57,3% em 2020”. (CARNEIRO, 2023: s/p)

<sup>7</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conforme a página na internet desse Instituto: “O IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. Ou seja, as pessoas são perguntadas sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela.”. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em 17/10/2020.

Não ampliarei aqui a contextualização desses sujeitos, pois, embora bastante imprecisas, ajudam a situar esses sujeitos para fins desta análise com o compromisso de não as expor. Neste trabalho privilegiarei informações coletadas em conversas informais com essas mulheres ou casais, obtidas através da observação participante. Para fins de não expor a intimidade dos casais mencionados, sobretudo para pessoas que as conhecem “de dentro da prática do crossdressing” todos os nomes verdadeiros e informações principais que poderiam lhes identificar serão omitidas. Nomeei todas as interlocutoras a partir de nomes femininos, respeitando as identidades de gênero com que usualmente se apresentavam ao longo da pesquisa etnográfica. Para tanto, busquei me inspirar em Clifford Geertz (1989: 20), quando nos ensina que “a etnografia é uma descrição densa”. Isso implica em dizer, conforme o autor, que

O que o etnógrafo enfrenta, de fato - a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados - é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 1989: 20)

Além disso, conforme Claudia Fonseca (1999: 10), “ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita”. Nesse sentido, importa a este texto levar em consideração o debate proposto por Daniel Miller (2007), quando afirma que as representações e a literatura sobre relacionamentos conjugais geralmente enfatizam aquilo que é normativo, aquilo que se constitui como uma idealização do outro em detrimento do outro “real”. Daí a importância da abordagem etnográfica, uma vez que “etnograficamente, precisamos levar em conta a ampla diversidade de relacionamentos reais” (MILLER, 2007: 552)<sup>8</sup>.

Voltando à proposta deste texto, também escolhi focar as análises aqui empreendidas em casais cuja revelação pelo marido de que praticava crossdressing se deu após o estabelecimento da relação, notadamente o casamento e coabitação. Essa escolha se justifica pelo fato de que, em minhas pesquisas, pude observar que os conflitos em casais cuja revelação do crossdressing se deu mais tardiamente costumam conviver de forma mais conflituosa em relação a negociações cotidianas acerca da prática. Não tenho a pretensão de falar aqui sobre todos os modos de vida, lógicas de organização ou momentos da trajetória desses casais ou de outros cuja relação é permeada pela existência e negociação do crossdressing. Busco aqui trazer casos exemplares de casais em conflito e os modos como pareciam gerenciá-los, conforme será explicitado na próxima seção. Na última parte do texto, farei as análises dos casos descritos na seção 2 e as considerações finais deste manuscrito.

VENCATO, Anna Paula.  
“A casa pode ser dele, mas o lar é meu”

<sup>8</sup> Tradução livre do inglês.

## Casamentos e suas histórias

A seguir trago alguns relatos de campo, sobre situações de conflito entre casais que presenciei ou que me foram relatadas ao longo do trabalho de pesquisa com crossdressers e/ou suas companheiras. São relatos que trazem experiências que não implicam em violências físicas, mas que contém violência simbólica e, também, revelam certa lógica heteronormativa que permeia a noção de família, conjugalidade e cuidados que são acionadas por esses casais. O conceito de violência tem valor polissêmico e se relaciona a diversas instâncias da vida social. Caberia, nesse sentido, e caso fosse a proposta deste trabalho, buscar os sentidos que interlocutoras de minhas pesquisas dão ao termo. Como este não é o foco aqui, vou usar a definição da Organização Mundial de Saúde, que preconiza que a violência “caracteriza-se pelo uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al.*, 2002 *apud* ROSA *et al.*, 2010: 82).

Bourdieu (2011: 14-5) define violência simbólica como o meio pelo qual se exercita o poder simbólico. O autor entende

o poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma illocutionary force<sup>9</sup>mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Seguindo a proposta do autor, isso implica em uma forma de violência que não se exerce sobre o corpo físico, mas causa danos morais e psicológicos. Ela se estabelece a partir da relação entre quem exerce a violência e quem a ela é submetido, embora nenhuma das partes tenha real consciência dela. Para Bourdieu (2003: 7-8), a violência simbólica é uma

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Por ser calcada em certas lógicas e estruturas sociais, o ciclo da dominação e violência implicados nessa lógica são difíceis de serem rompidos.

Nos casos relatados a seguir, importa dizer que são relacionamentos conjugais, em que ambas as pessoas estão produzindo a relação no cotidiano. Assim, não se trata apenas aqui de entender as estruturas que subjazem a lógica da violência e do conflito que permeiam suas relações. Isso implica em pensar também, nos termos de Foucault (2015), que poder (e poderíamos pensar a partir disso as

<sup>9</sup> Conforme Neves (2014), a *força ilocutória* é aquela que tem como intuito representar o ato de demonstração de uma verdade e que tem como efeito que algum/a interlocutor/a que seja persuadido/a dessa verdade.

violências) não se restringe apenas a impor vontades e dizer não, ou mesmo apenas adequar-se às normas sociais. A questão do poder vai além disso. Antes, para o autor,

o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa apenas como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2015: 45)

Importa lembrar, ainda, que a teoria de Foucault pensa o poder como um conjunto de relações (ALBUQUERQUE, 1995), pois “em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria; em vez de se exercer de forma intermitente, ele se exerce permanentemente; em vez de agir de cima para baixo, submetendo, ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade; em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir” (ALBUQUERQUE, 1995: 109).

Compreendo aqui também que nem todo conflito implica em violências ou rupturas. Isso é notório na maior parte dos casos que pude observar ao realizar minha pesquisa, pois dificilmente as queixas se convertem em separações. Para Maria Filomena Gregori (1992: 185):

A queixa é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima. Narrativa peculiar: expõe e, paradoxalmente, alimenta/incita/reitera algumas das condições que fazem operar a violência.

A queixa é uma construção descritiva. O narrador apresenta os fatos compondo os personagens: o eu vitimado e o outro culpado. Os fatos descritos cumprem o papel singular de reforçar a versão do narrador de que existe uma relação dual (cujos personagens estão em lugares contrários).

A queixa é uma fala monológica, pronunciada para produzir escuta.

Ainda, como aponta Simmel (2011), não podemos pensar o conflito como algo que se constitui apenas na negação da unidade. Para o autor, o conflito pode ser fundamental para a socialização, uma vez que é o que agencia as disputas, dualismos, discordâncias e propicia que se chegue a consensos mínimos que tornam a vida social viável.

É dentro dessa chave que percebo as histórias que trago a seguir. Não trato de conflitos e violências em que há um exercício de dominação “de cima para baixo” apenas, mas se trata de processos de negociação que envolvem lógicas complexas e que permeiam aos relacionamentos observados. Passo, então, a situações observadas ao longo da pesquisa.

### **1) Esposa, mãe ... puta**

Um dos casais mais jovens que fazem parte desta análise possuía um filho ainda criança que vivia com eles em coabitação. O casamento passava por períodos de grande conflito, embora, conforme diziam, por razões familiares a separação não fosse uma opção. Maria, a esposa, trabalhava em um emprego com vínculo formal e horário fixo, enquanto Juliana, atuava eventualmente comprando e revendendo itens colecionáveis. Um dos motivos de brigas constantes era justamente o acúmulo de itens adquiridos, mas não vendidos que se empilhavam pela casa. O crossdressing de Juliana era aceito pela esposa e, durante algum tempo, desconhecido pelo filho do casal. Embora fosse incomum encontrar Maria em situações de crossdressing, eventualmente ela estava presente. Na maior parte do tempo, sua ausência era justificada pelos cuidados com o filho ou por estar no

trabalho. Em alguns momentos, ela também acompanhava Juliana a eventos fechados do BCC. No geral, em jantares ou idas a bares, já montada, Juliana ia sozinha. Certa vez, em meados de 2013, em um *happy hour* entre associadas do BCC no centro de São Paulo, Maria saiu do trabalho e foi encontrar Juliana no bar em que estávamos. Em diversas oportunidades, Juliana fazia comentários em voz alta sobre o fato de a esposa “estar dando para o chefe” e insinuar que nem sabia se o filho do casal era mesmo seu. Em outros momentos, sem a presença de Maria, esses comentários também eram recorrentes, assim como em outros, quando o filho do casal estava presente. Inclusive era comum que Juliana atribuísse a Maria classificações desabonadoras, tais como *vagabunda* e *puta*. Em público, Maria ouvia essas acusações em silêncio. Por vezes, outras associadas do BCC intervinham e deixavam evidenciado que não achavam esse tipo de comentário ou comportamento adequados, que Juliana deveria ser mais respeitosa com Maria, que era sua esposa e mãe de seu filho e, especialmente, que ela deveria tomar mais cuidado com as coisas que falava na frente do filho, “que não tinha nada com isso quanto aos problemas entre o pai e a mãe”. Mesmo que essas intervenções fizessem algum efeito no momento, esse tipo de fala era recorrente ao longo de todo o período em que fiz minha pesquisa.

## 2) Encenando conflitos

Em meados de 2014, fui convidada para um jantar na casa de Cristina e Luana. Luana era associada do BCC há poucos anos, mas era bastante ativa nos eventos e encontros entre crossdressers. Cristina frequentemente a acompanhava em eventos do clube ou em encontros com outras associadas. Ocorre que Luana trabalhava no mercado do entretenimento à noite e, majoritariamente, de quinta a domingo, aos feriados e em períodos de férias escolares. Como recebia por trabalho, deixar de trabalhar um final de semana significava deixar de receber seu pagamento. Sem vínculo empregatício, não tinha direitos como férias, por exemplo, o que fazia com que optasse por não sair de férias quase nunca. Cristina, por sua vez, tinha um trabalho diurno e que lhe ocupava de segunda a sexta-feira. Normalmente, dada a rotina de trabalho de ambas, quando uma saía para trabalhar a outra ou estava dormindo ou chegando em casa do trabalho. Nos dias livres, Luana aproveitava para sair montada, sozinha ou com outras crossdressers. Constantemente Cristina se ressentia deste fato e cobrava que Luana lhe desse mais atenção. Muitas vezes, ainda, argumentava que tinha medo das saídas de Luana, que transitava por zonas de prostituição nessas saídas. Tinha medo declarado de que ela sofresse algum roubo, assalto ou alguma violência mais grave. Aparte aos momentos de montagem, embora ambas trabalhassem fora, era notório que como casal reproduziam certos valores tradicionais, sobretudo com relação aos cuidados e trabalhos domésticos, executados pela esposa, e na relação com suas famílias de origem. Importa dizer que outros/as familiares não tinham conhecimento do crossdressing, o que gerava certo embaraço também. Cristina tinha medo de que, numa dessas saídas de Luana, alguém – do trabalho ou da família – a visse montada e o segredo se partisse. Cristina tinha uma vida econômica estável à época, Luana menos, mas contava com suporte financeiro de Cristina e da própria mãe. O apartamento em que moravam era de Luana, mas quem cuidava da casa era Cristina, que fazia ou gerenciava faxinas, alimentação, lavagem de roupas, supermercado, entre outras coisas. As tarefas que só podiam ser realizadas em horário comercial também eram problemáticas para Luana realizar, pois dada a natureza de sua ocupação, em geral dormia boa parte do dia. Não



era incomum que esses incômodos viessem a público em momentos em que se reuniam com outras crossdressers. Certa vez, em um jantar de casais na casa de Cristina e Luana, após uma longa discussão com choro, troca de acusações e silêncios constrangedores, sobre os temas que relatei acima, o que deixou aos convidados/as um tanto desconfortáveis, Cristina disse que pensava em acabar com aquilo tudo, se separar, mas que não o faria pois, em suas palavras: “A casa pode ser dele, mas o lar é meu”. Outras associadas do BCC relatavam algum incômodo em terem presenciado situações similares, de forma constante. Com o tempo, perdi contato com o casal. Não sei dizer se as queixas e conflitos se resolveram, mas sei através de outras pessoas que continuam casadas até o momento.

### 3) Rupturas

Em meados de 2008, a diretoria do BCC decidiu-se por divulgar a prática do crossdressing fornecendo entrevistas a diversos veículos de imprensa tradicional, em mídia impressa ou televisiva. Algumas aparições em redes nacionais de televisão aberta ocorreram, sendo uma delas em um programa que na época passava em horário nobre e possuía bons níveis de audiência. Nessa ocasião, a produção do programa dirigiu-se a um apartamento que minhas interlocutoras utilizavam para se montar, localizado no centro de São Paulo. Lá algumas pessoas do clube se reuniram para dar a entrevista, *en femme*<sup>10</sup>, mas havia outras associadas do clube presentes que preferiram não falar com os repórteres. Uma das pessoas que inicialmente estava lá só para apoiar aquelas cds que seriam entrevistadas acabou se empolgando e decidiu participar do programa. Tudo certo, aparentemente, se não fosse um combinado que esta pessoa tinha com sua esposa, Andreia.

Lia e Andreia casaram-se por volta dos 18 anos de idade, pois ela engravidou inesperadamente durante o namoro. Era comum ouvir de Lia que, logo após o casamento, mais precisamente no dia seguinte, revelara à esposa que gostava de se vestir de mulher. Com o passar dos anos estabeleceram-se em uma cidade de médio porte do interior paulista, onde tinham um restaurante bastante conhecido na cidade.

Tiveram três filhos, à época da entrevista ao programa de TV, já todos adultos e vivendo com suas próprias famílias. Contava com frequência que, embora Lia raras vezes a acompanhara em eventos do clube, ela não tinha problemas com a prática, tendo ajudado por anos a manter um cômodo da casa inacessível aos filhos, onde guardava seus apetrechos para a montagem e sua coleção de calcinhas, de longe o item do crossdressing de que mais era afeita.

Também era comum ouvir de Lia que a única coisa que a esposa lhe pedira ao longo dos anos, a qual ela assentiu, era que os filhos e demais familiares não ficassem sabendo da prática do crossdressing, para evitar enfrentamentos desnecessários. Um dos problemas principais seria a reação de um dos filhos, cujo comportamento usual indicava que teria dificuldades de compreender a prática de crossdressing do pai.

Durante o período em que realizei minha pesquisa, não era incomum que Lia aparecesse acompanhada com mulheres que não Andrea. Isso causava certo constrangimento nas pessoas do clube que conheciam a esposa, por um lado. Por outro lado, muitas das associadas mais novas do clube achavam que Vânia, a mulher que quase sempre acompanhava Lia aos eventos do clube era a sua esposa “de verdade”. Quando finalmente conheceram Andreia, era recorrente o comentário

VENCATO, Anna Paula.  
“ A casa pode ser dele, mas o lar é meu ”

<sup>10</sup> Estar *en femme* é o mesmo que estar montada.

de alívio por terem sido informadas pouco antes de que Vânia é quem era “o caso” de Lia, o que lhes evitou maiores constrangimentos ou “dar foras”.

Voltando ao episódio do programa de televisão, houve um hiato considerável de tempo entre a gravação e a exibição da entrevista. Durante todo esse período, pude acompanhar outras associadas do BCC recorrentemente dizer a Lia que seria de bom tom avisar à Andreia acerca da entrevista. Ela dizia que não tinha por que fazê-lo, pois “ninguém assistiria mesmo”. No dia da exibição da gravação que, como disse, tinha considerável audiência à época, muitas pessoas que conheciam o casal assistiram ao programa. Pessoas da família, em especial os filhos, clientes do restaurante que mantinham na cidade em que residiam ou outros conhecidos dali. A exibição do programa foi avassaladora na relação de Lia com Andreia e os filhos.

Logo depois do programa ir ao ar, Andreia foi encontrar-se com a presidenta do BCC, dizendo que queria divorciar-se. De acordo com ela, a exibição do programa gerou uma série de eventos problemáticos dentro da família e na cidade onde residiam. Para ela, além disso, o fato de não ter sido consultada ou avisada sobre a entrevista foi uma quebra de contrato, uma vez que sua única exigência quanto ao crossdressing de Lia era a de que família e filhos não soubessem. Ainda, relatou, que desde que o programa foi ao ar, passou a ser abordada por homens na rua de onde morava, com piadas e cantadas ofensivas, uma vez que era a “mulher do viado”. Por fim, esse episódio e suas consequências levaram ao fim do casamento de cerca de 25 anos.

## Algumas considerações finais

Este texto versa sobre família e conjugalidade, sobre expectativas quanto às convenções de gênero, cuidado, diálogo com normas sociais e, sobretudo, negociações. Quando falo que trata de família e conjugalidade, penso que é importante pensar a família como espaço da ambiguidade, como a antropologia ao longo do tempo tem tratado através de inúmeras pesquisas (ver, por exemplo, SARTI, 1992; FONSECA, 2000; BUARQUE DE ALMEIDA, 2004 e outros/as autores/as) e não como lugar apenas de proteção e acolhimento, tal qual é propagado nos discursos sociais mais amplos. Importa dizer aqui também que o conceito de família se encontra, recentemente, em disputa entre perspectivas que se identificam como progressistas ou conservadoras. O (re)conhecimento de modelos de família que extrapolem aos ideais da “família heterossexual” tem sido campo de batalha na cena pública e em instituições como o legislativo em todas as instâncias do Estado brasileiro, assim como o judiciário (JUNQUEIRA, 2018). Uma das ideias veiculadas nesse debate é a de que as famílias que não se encaixem em certo padrão não deveriam ser reconhecidas legal ou juridicamente (JUNQUEIRA, 2018; MENESES, 2020). Ainda, nesse debate, há certa assunção da família como instituição da ordem do sagrado, algo imutável, intocável, lócus de proteção, amor e acolhimento. Ocorre que, conforme Neves e Romanelli (2006: 302), noções como família,

familiar, familiarizado, em família, da família e de família são conotações dispersas de um lugar simbolicamente definido, um reduto onde se encenam romances trágicos, dramáticos, aventureiros, felizes e contraditórios, com personagens amados e odiados, simultaneamente, no reduto do composto familiar. Se a família se constitui uma representação, é também um grupo de convivência que se organiza de acordo com diferentes arranjos e se apresenta em distintas versões. Faz-se mister a evocação dos cenários que não apenas a historicizam, mas que a compõem: a casa, a domesticidade, a intimidade e a produção da violência doméstica nessa conjunção.

É dentro dessa chave do conflito e da violência que me propus pensar os casos que trouxe aqui. Mesmo que as interlocutoras de minha pesquisa não sejam reconhecidas amplamente como “famílias heteronormativas”, o espectro da heteronormatividade as circunda. Heteronormatividade é compreendida aqui como efeito da matriz heterossexual da sociedade, que preconiza que relacionamentos podem ou não ser validados socialmente com base em certas normas de gênero e sexualidade tidas como “naturais”, embora forjadas no bojo da vida social (BUTLER, 1993: 239). Embora a noção de heteronormatividade tenha como referente a heterossexualidade, ela não fica restrita apenas à conjugalidade heterossexual, pois a depender da relação estabelecida, pessoas que não tem relacionamentos heterossexuais também podem recorrer a certas normatividades de gênero.

É o que podemos perceber quando Juliana recorre a agressões verbais para se referir a esposa (puta, dá para o chefe, vagabunda) ou ao filho (nem sei se é mesmo meu). Ou quando Luana fica em silêncio quanto às queixas de Cristina sobre suas ausências para evitar o enfrentamento, mas segue fazendo as mesmas coisas de que a esposa reclama constantemente. Ou, mesmo, quando Lia opta por romper os acordos estabelecidos com sua esposa acerca da não publicização de sua prática de crossdressing e, ainda, omitir dela que concedeu entrevista a um programa de televisão até que o mesmo fosse ao ar.

Embora as situações narradas acima não sejam sempre relativas a cenas, ou derivam de queixas, gostaria de seguir aqui a análise de Maria Filomena Gregori (1992). Gregori (1992: 51) se inspira em Barthes (2002) para pensar a cena, entendida como “troca de contestações recíprocas”. Para Gregori (1992: 178), Barthes sugere que se trata de “um equívoco ler essas cenas como expressões de busca de entendimento, como diálogos cujo significado está ancorado em um objeto/motivo em todo o seu transcorrer”. O motivo seria aquilo que possibilita as réplicas verbais, mas se perde, de acordo com a autora, “no trajeto ou na encenação” (1992: 178). É relevante dizer que, ao tratar dessas cenas, falamos da vida das pessoas, com toda a complexidade inerente a ela.

A relação se constitui a partir da participação de ambas as pessoas envolvidas e que, no caso dos conflitos, há uma repercussão, nos termos de Barthes, que lhes afeta concomitantemente. Trata-se aqui de “um modo fundamental da subjetividade amorosa, uma palavra, uma imagem, repercutem dolorosamente na consciência afetiva do sujeito” (2002: 287), que pode levar ao constrangimento, em geral coletivo, produzido por aquilo que é subjacente à relação amorosa (2002: 83) e permeado pelo que não é dito; ou à falta de respostas, em que o silêncio do interlocutor se traduz como morte do eu (2002: 255); ou, ainda, a uma situação limite, que ao transbordar sofrimentos “explode no grito: Isso não pode continuar” (2002: 229).

Conforme Judith Butler (1997: 51),

Se uma performance tem sucesso provisório (e eu sugerirei que 'sucesso' é sempre e apenas provisório), então não é porque uma intenção governa com sucesso a ação da fala, mas apenas porque essa ação ecoa antes das ações e *acumula a força de autoridade por meio da repetição ou citacionalidade de um conjunto anterior e autorizado de práticas*. Não é simplesmente que o ato de fala ocorre dentro de uma prática, mas que o próprio ato é uma prática ritualizada. O que isso significa, então, é que uma performance “funciona” na medida em que *se baseia em e cobre as* convenções constitutivas pelas quais é mobilizada. Nesse sentido, nenhum termo ou afirmação pode funcionar performativamente sem a historicidade acumulativa e dissimulada da força.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Tradução livre do inglês.

Ainda, vale retomar as análises de Gregori (1992: 184) que, se por um lado, homens e mulheres contribuem para os conflitos que permeiam a relação, isso não deve implicar em se culpar a quem são aplicadas as desvantagens do conflito citado, notadamente as esposas. “Trata-se, pelo contrário, de entender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que assume”. Judith Butler (1997: 49) nos lança questões interessantes dentro desse cenário, ao perguntar:

Se a performatividade requer um poder para efetivar ou realizar o que alguém nomeia, então quem será "a pessoa" com tal poder, e como tal poder será pensado? Como podemos explicar a palavra injuriosa dentro de tal estrutura, a palavra que não apenas nomeia um sujeito social, mas constrói esse sujeito na nomeação e constrói esse sujeito por meio de uma interpelação violadora?<sup>12</sup>

Maria, Cristina e Andreia são mulheres que se decidiram por viver conjugalmente com seus maridos mesmo após a revelação do crossdressing. Ao menos até deixarem de desejar prosseguir na relação, como fez Andreia. Elas, como eles, boa parte do tempo, convivem com a prática do crossdressing, negociando, através do apreço ao segredo, com as normas sociais. São apegados à ideia da família tradicional, o que é negociado cotidianamente através da lógica do segredo. Ao mesmo tempo, isso lhes escapa ao controle pois, perdido o segredo, também se perde esse lugar da normatividade. Para Simmel (2009: 235-6):

O segredo oferece, por assim dizer, a possibilidade de que surja um segundo mundo junto ao mundo patente e de que este sofra a influência do outro. Uma das características de toda relação entre duas pessoas ou entre dois grupos e haver segredo ou não e a medida em que o mesmo exista; pois mesmo no caso de uma parte não notar a existência do segredo, este modifica a atitude daquele que o guarda, e, por conseguinte, modifica toda a relação.

A sombra de ruptura do segredo as ameaça enquanto mulheres, a seus papéis sociais de mãe e esposa. Ou o lugar de pessoas que detêm o lugar do cuidado no interior dessas relações. Conforme Fietz e Mello (2018: 137), o cuidado se estabelece na relação entre corpos que cuidam e que serão cuidados, o que não se dá de antemão e demanda um movimento de constituição contínua e recíproca. Isso implica reconhecer que

as performances que conformam o bom e o mau cuidado nos permitem ver as múltiplas possibilidades de associações entre pessoas e entre pessoas e instituições, e os múltiplos agenciamentos e modos de se relacionar com a família, a comunidade e o Estado. Além disso, estamos diante de uma lógica cujo fracasso e fragilidade não só são aceitos, mas são parte do projeto (MOL, 2008b). São os diferentes 'bons' que sustentam as relações de cuidado e são as suas diferentes versões que fazem com que as práticas de cuidado sejam permeadas por tensões e negociações entre indivíduos.

É o que podemos ver quando Andreia passa a ser assediada pelas ruas da cidade a partir da revelação de que seu marido “se veste de mulher”. Ou quando mesmo Juliana acusa Maria de puta e diz que não sabe se o filho é realmente seu. Ou quando Cristina revelava o medo de que seu marido pudesse estar sujeito a violências diversas ao sair montado na rua. Se por um lado, nesse caso, o fato dela se preocupar com as companhias e lugares denotava certo viés moralizante que dialogava com certas normas sociais, por outro era fato que algumas violências, em especial transfóbicas, não eram incomuns naqueles lugares.

<sup>12</sup> Tradução livre do inglês.

As histórias que trago aqui são histórias de casais que se identificam como heterossexuais, que vivem como tal no cotidiano, mas que dialogam de forma diferente da esperada socialmente com as normas de gênero, ao menos quanto ao crossdressing. De certo modo, o que pude observar ao longo da pesquisa foi que, nas negociações empreendidas cotidianamente, há momentos em que se aproximam de padrões heteronormativos e em outros que se afastam deles. As relações estabelecidas são complexas. Ainda, essas famílias funcionaram concomitantemente como *locus* de conflito, violência e também de afetos e acolhimentos. Se, por um lado, reproduzem um ideal normativo de divisão de tarefas na vida cotidiana, por outro, se permitem viver com lógicas de gênero e sexualidades outras que as restritas às moralidades heteronormativas.

Por esse motivo, dialogam e questionam, ao mesmo tempo, com certas lógicas socialmente aceitas sobre como a família deve ser ou funcionar. Importa, então, compreender como tensões relativas às convenções sobre gênero e sexualidade e o manejo de segredo impactam essas relações conjugais/familiares e a questão do cuidado, assim como por vezes se desdobram em opressões/violências e interferem na dinâmica dos afetos e do companheirismo, implicando por vezes em renegociações ou rupturas, como vimos nos casos relatados. Ao cabo, o que encontrei ao longo de minhas pesquisas não foi nem continuidade, nem ruptura, mas um fino e instável jogo de negociações, muito complexas, que envolve possibilidades de existência e a possibilidade de viver a vida de acordo com seus desejos e fantasias.

*Recebido em 23 de novembro de 2023.  
Aprovado em 8 de março de 2024.*

## Referências

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social; Revista de Sociologia USP*, 7(1-2): 105-110, 1995.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa. “Família e relações de parentesco: contribuições antropológicas”. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). *Direitos Humanos e Educação para a Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York/London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of performative*. New York/ London: Routledge, 1997.

CARNEIRO, Luciane. Divórcios voltam a bater recorde no país, diz IBGE. *Valor*. Rio de Janeiro, 16 fev. 2023.

FIETZ, Helena Moura; MELLO, Anahi Guedes de. A Multiplicidade do Cuidado na Experiência da Deficiência. *Revista Antropológicas*, 29 (2): 114-141, 2019.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 10: 58-78, 1999.

FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/AN-POCS, 1992.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43): 449-502, 2018.

KRUG, E.G. et al. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.

MENESES, Maria Viviane Vidal. *Os embates legislativos em torno da igualdade de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Dissertação de Mestrado, Direitos Humanos, UFPE, 2020.

MILLER, Daniel. What is a Relationship? Is Kinship Negotiated Experience? *Ethnos*, 72(4): 535-554, 2007.

NEVES, Anamaria Silva; ROMANELLI, Geraldo. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, 23(3): 299-306, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática pela fábula: Ou: A fábula pela gramática. *Linguística*, 30(1): 165-196, 2014.

ROSA, Rosiléia; BOING, Antonio Fernando; SCHRAIBER, Lilia Blima; COELHO, Elza Berger Salema. Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 14(32): 81-90, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da antropologia para o estudo da família. *Psicologia USP*, 3(1/2): 69-76, 1992.

SIMMEL, Georg. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. *Revista de Ciências Humanas*, 43(1), 219-242, 2009.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 10(30): 568-573, 2011.

VENCATO, Anna Paula. Entre "reais" e "virtuais": noções sobre risco e verdade em um clube brasileiro para crossdressers. *Cadernos Pagu*, 44: 367-390, 2015.

VENCATO, Anna Paula. *Fervendo com as drags: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da ilha de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UFSC, 2002.

VENCATO, Anna Paula. Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação. *Cadernos Pagu*, 24: 227-247, 2005.

VENCATO, Anna Paula. Narrativas sobre conjugalidade de mulheres que se relacionam com crossdressers. *Revista Estudos Feministas*, 25(1): 147-165, 2017.

VENCATO, Anna Paula. *Sapos e princesas: prazer e segredo entre praticantes de crossdressing no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2013.

## DOSSIÊS APROVADOS 2025-2027

VOLUME 12, NÚMERO 28 (JANEIRO-ABRIL DE 2025)

***Antropologias dos desertos: Ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação***

Dra. Antonela dos Santos (Universidad de Buenos Aires, CONICET)

Dr. Gabriel Rodrigues Lopes (UFS)

Dr. Pedro Emilio Robledo (Universidad Nacional de Córdoba, CONICET)

\*\*\*\*\*

VOLUME 12, NÚMERO 28 (MAIO-AGOSTO DE 2025)

***Mídias digitais e suas implicações na vida cotidiana: contribuições antropológicas***

Dra. Carolina Parreiras (USP)

Dra. Lara Roberta Rodrigues Facioli (UFPR)

\*\*\*\*\*

VOLUME 12, NÚMERO 30 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2025)

***Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado***

Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)

Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 31 (JANEIRO-ABRIL DE 2026)

***Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis***

Dra. Jane Felipe Beltrão, (UFPA)

Dra. Talytta Suenny Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)

Dr. Almiros Martins Machado (PPGA)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 32 (MAIO-AGOSTO DE 2026)

***Masculinidades, curso de vida e cuidado***

Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)

Dr. Camilo Braz (UFG)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 33 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2026)

***Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades***

Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)

Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)

As submissões serão abertas em torno de seis meses antes da data de publicação. Cadastre-se no portal da Revista Aceno para receber as notificações. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/index>